

O Plano Bush e a redução da dívida *Externa*

A delegação brasileira que acaba de chegar a Washington para os primeiros contatos com as autoridades norte-americanas a respeito da implementação da "Iniciativa para as Américas" não poderia encontrar ambiente mais propício para sua missão. O presidente George Bush acaba de enviar ao Congresso projeto de lei que cria um fundo no Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinando US\$ 1,5 bilhão a investimentos e US\$ 7,1 bilhões ao perdão da dívida que os países da América Latina e do Caribe têm para com as agências governamentais dos Estados Unidos. Trata-se de substancial gesto de boa vontade, inequívoca sinalização de que o governo americano pretende levar adiante a proposta de criação de uma zona de livre comércio do Alasca à Patagônia e o fará a despeito da lentidão com que alguns países respondem ao convite de Washington.

O momento do envio do projeto ao Congresso é duplamente propício. Primeiro porque o presidente Bush responde com uma medida tangível aos parceiros

latino-americanos que se sensibilizaram com o cancelamento de sua visita oficial a alguns países da América do Sul, entre eles o Brasil. Segundo porque o projeto segue para o Congresso imediatamente depois de o Brasil assinar com o FMI uma carta de intenção que respaldará posterior negociação com os bancos privados. E sem esse acerto o Brasil não poderia habilitar-se ao cancelamento de parcela da dívida oficial.

Tais circunstâncias, entretanto, ainda não produzem efeitos concretos. Esses somente advirão depois de o Congresso aprovar o projeto de iniciativa do presidente Bush — e isso não são favas contadas. O Congresso norte-americano, de maioria democrata, não tem grandes simpatias por estratégias que acabam por ampliar o déficit público, especialmente se isso acontecer em benefício de contribuintes de outros países. É bem verdade que o presidente Bush amarrrou na ponta da vara do perdão da dívida a cenoura da conversão do saldo em projetos de desenvolvimento social e de proteção ambiental, temas hoje

do gosto universal. Mas também é verdade que o projeto entra em pauta num momento em que o Congresso examina o perdão de substanciais dívidas de aliados preferenciais no Oriente Médio; a administração está desembolsando somas astronômicas para manter suas tropas no Golfo e o governo dos Estados Unidos vê aumentar os déficits público e comercial, agravados pelo aumento do preço do petróleo e pela ameaça de redução das taxas de crescimento econômico.

De qualquer forma o presidente Bush fez sua parte. Esperamos agora que seu exemplo, de um lado, seja seguido por todos os membros do Clube de Paris, os titulares da dívida oficial que representa cerca de 10% da dívida externa brasileira. De outro lado, possa mais essa iniciativa do presidente Bush inspirar os governantes do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Chile a aderir como um bloco ao Plano Bush, oferecimento sem dúvida interessante, mas que pode representar a última oportunidade de a América Latina se integrar a um dos blocos econômicos em que o mundo está se dividindo e fora

dos quais somente existe a irrelevância política e econômica.

O Plano Bush não oferece saídas rápidas e milagrosas. Tampouco acena com propostas multibilionárias. A importância que constituirá o fundo para o perdão da dívida oficial mal chega a um sétimo do total devido pelos governos latino-americanos, de 48 bilhões de dólares. Como o Brasil devia cerca de US\$ 1,3 bilhão no final do ano passado a agências governamentais norte-americanas, provavelmente não tirará desse projeto benefícios superiores a US\$ 500 milhões. O fundo para investimentos, de US\$ 1,5 bilhão, também não resolverá, por si só, os problemas estruturais da América Latina.

Mas não é dessa forma que o projeto enviado pelo presidente Bush deve ser visto. Os fundos destinam-se menos a resolver prementes situações imediatas e mais a dar alento às economias regionais para que possa haver uma reversão de mentalidades e de práticas, e para que cada país dependa sempre menos de ajuda econômica e cada vez mais do comércio.